

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE EDUCAÇÃO
CURSO DE PEDAGOGIA

DEYSEANNE DA SILVA FARIAS

**APRENDIZAGEM SOBRE GÊNERO NA EDUCAÇÃO INFANTIL:
análise da Cartilha Formação Docente em Gênero para CREIs**

JOÃO PESSOA

2020

DEYSEANNE DA SILVA FARIAS

**APRENDIZAGEM SOBRE GÊNERO NA EDUCAÇÃO INFANTIL: análise da
Cartilha Formação Docente em Gênero para CREIs**

Trabalho de Conclusão de Curso, apresentado ao Curso de Licenciatura em Pedagogia, do Centro de Educação, da Universidade Federal da Paraíba, como requisito parcial para obtenção do grau de Licenciada em Pedagogia.

Orientadora: Profª. Dra. Ana Paula Romão de Souza Ferreira

JOÃO PESSOA

2020

Catálogo na publicação
Seção de Catalogação e Classificação

F224a Farias, Deyseanne da Silva.

Aprendizagem sobre gênero na educação infantil :
análise da Cartilha Formação Docente em Gênero para
CREIs / Deyseanne da Silva Farias. - João Pessoa, 2020.
37 f. : il.

Orientação: Ana Paula Romão de Souza Ferreira.
Monografia (Graduação) - UFPB/CE.

1. Gênero. 2. Educação infantil. 3. CREI. I. Ferreira,
Ana Paula Romão de Souza. II. Título.

UFPB/BC

DEYSEANNE DA SILVA FARIAS

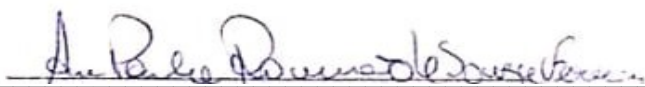
**APRENDIZAGEM SOBRE GÊNERO NA EDUCAÇÃO INFANTIL: análise da
Cartilha Formação Docente em Gênero para CREIs**

Trabalho de Conclusão de Curso, apresentado ao Curso de Licenciatura em Pedagogia, do Centro de Educação, da Universidade Federal da Paraíba, como requisito parcial para obtenção do grau de Licenciada em Pedagogia.

Folha de Aprovação

Aprovada em: **16/04/2020**

Banca Examinadora:



Profa. Dra. Ana Paula Romão de Souza Ferreira
(Orientadora)

Prof. Dr. Fábio do Nascimento Fonsêca
(Examinador convidado)

Profa. Dra. Thaís Oliveira de Souza
(Examinadora convidada)

Primeiramente a Deus minha força maior, depois à minha família minha base e sustentáculo pelo apoio e colaboração nas horas de angústias, aos meus amigos pela cooperação e companheirismo de todas as noites: o auxílio de vocês foi a minha força, aos Mestres que passaram em minha vida durante o curso: foi o ensinamento de vocês que me fez chegar até aqui.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus, por ser meu guia em todos esses anos, por não me desamparar e nem me deixar desistir, mesmo nas horas de angústias e aflições, que foram muitas, Ele sempre esteve ao meu lado.

Aos meus pais por seu amor incondicional, seus ensinamentos no decorrer de toda minha existência e por sempre acreditar em minha pessoa: Se hoje sou o que sou, devo a vocês. Sou respostas das vossas constantes orações.

À minha irmã que sempre me ajudou com suas palavras de incentivo e ficarão gravadas em meu coração. À minha tia Creuza Araújo Dias: *"IN MEMORIAN"*, por passar seus ensinamentos para mim, quero dizer que nenhum foi jogado ao vento, guardei todos em meu coração e procuro sempre segui-los, foram eles que me tornaram essa pessoa de caráter e responsável.

Ah! Tem aqueles que foram os degraus da escada para a minha subida até aqui, foram a minha base, meus Mestres, não citarei nomes, pois cada um deu a vossa contribuição para a minha formação, agradeço imensamente de coração.

À minha orientadora, Ana Paula Romão, pela paciência, apoio e incentivo e pelas palavras, por ter me ajudado, permanecido ao meu lado quando pensei que não teria mais ninguém. Nunca esquecerei todo apoio que me foi dado, eu não teria chegado até aqui sem este apoio. Obrigada por tudo.

À banca examinadora pela aceitação em fazer parte desse momento especial em minha vida acadêmica. Muito obrigada, professor Fábio Nascimento e professora Thaís Oliveira.

E a todos que de forma direta ou indireta contribuíram para o meu amadurecimento na minha carreira e me ajudaram a chegar até aqui, aqueles que estavam comigo me acompanhando em toda a minha trajetória acadêmica.

Muito Obrigada!

“Nossa vida se encaminha para o fim no dia em que
começamos a silenciar diante das coisas que
importam.”

Martin Luther King Jr.

RESUMO

O presente trabalho tem o objetivo principal debater sobre “Gênero” na Educação Infantil a partir da análise da Cartilha Formação Docente em Gênero para pedagogos/as dos Centros de Referência da Educação Infantil. Essa Cartilha foi desenvolvida a partir da conclusão de uma pesquisa de Mestrado Profissional no Programa de Pós Graduação em Formação Docente, da Universidade Estadual de Campina Grande. Os nossos objetivos específicos buscaram identificar atividades propostas para trabalhar o tema “gênero” na educação infantil, na Cartilha Formação Docente em Gênero; e refletir como esse debate pode contribuir na formação inicial de estudantes de pedagogia. Para tanto, a metodologia adotada foi qualitativa do tipo análise bibliográfica e documental. Utilizamos os aportes teóricos de: Vigotsky (2006); Brasil (2020a; 2020b;2020c); Rosemberg (1996); Dias (2005) e Azevedo (2018), autora da Cartilha Formação Docente em Gênero (Fonte Documental). Os resultados apontam que a Cartilha reflete o debate de gênero a partir de uma experiência de Pesquisa de campo da autora, com intervenção, envolvendo crianças e uma professora de um CREI. Consideramos que o documento pode servir de Material Pedagógico para as práticas de ensino e aprendizagem de pedagogas/os, entre outros profissionais da educação.

Palavras-chave: Gênero. Educação Infantil. CREI. Cartilha

ABSTRACT

The main objective of this work is to discuss "Gender" in Early Childhood Education based on the analysis of the Booklet Teacher Training in Gender for Pedagogues of the Reference Centers of Early Childhood Education. This Primer was developed from the conclusion of a research of Professional Master in the Graduate Program in Teacher Education, of the State University of Campina Grande. Our specific objectives were to identify proposed activities to work on the theme of "gender" in early childhood education, in the Booklet Teacher Training in Gender; and to reflect on how this debate can contribute to the initial formation of students of pedagogy. To this end, the methodology adopted was qualitative of the bibliographical and documental analysis type. We used the theoretical contributions of: Vigotsky (2006); Brazil (2020a; 2020b;2020c); Rosemberg (1996); Dias (2005) and Azevedo (2018), author of the Booklet Teacher Training in Gender (Documental Source). The results indicate that the Booklet reflects the gender debate from the author's field research experience, with intervention, involving children and a teacher from a CREI. We consider that the document can serve as Pedagogical Material for the teaching and learning practices of pedagogues, among other education professionals.

Keywords: Gender. Early Childhood Education. CREI. Booklet

LISTA DE IMAGENS

- FIGURA 1** - Sumário da Cartilha Formação Docente em Gênero
- FIGURA 2** - Capa Guia Pedagógico: A desconstrução do Machismo na educação Infantil
- FIGURA 3** - O que é machismo e sexismo na escola
- FIGURA 4** - Ocorrência na Escola
- FIGURA 5** - Formação Continuada e Professores/as
- FIGURA 6** - Proposta Pedagógica
- FIGURA 7** - Passo a passo da Proposta Pedagógica

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	11
2 A APRENDIZAGEM SOBRE GÊNERO NA EDUCAÇÃO INFANTIL.....	15
2.1 DIREITO E OBRIGATORIEDADE NA EDUCAÇÃO INFANTIL.....	15
2.2 O APRENDIZADO DE GÊNERO: SOCIALIZAÇÃO NA FAMÍLIA E NA ESCOLA.....	17
2.2.1 Educação Infantil e Gênero.....	22
3 APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS.....	26
3.1 CONSTRUINDO GÊNEROS NÃO BINÁRIOS NA EDUCAÇÃO INFANTIL: UMA ANÁLISE DISCURSIVA SOBRE O MACHISMO (PREPARAÇÃO DA CARTILHA).....	26
6	
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	35
REFERÊNCIAS.....	36

1 INTRODUÇÃO

Vivemos em uma sociedade em que o machismo e os estereótipos de gênero estão estruturados e enraizados de tal forma, que quando uma mulher descobre que está grávida, já ocorre uma idealização sobre a gestação a partir do sexo biológico da criança, sobre se terá um menino e/ou uma menina. Muitas vezes há uma classificação em cores e objetos específicos para cada gênero. Com o avanço da desconstrução dessa problemática, já encontramos famílias que optam por cores, objetos e afins de perfil neutro, sem assim, designar gênero. Ou seja, buscam, dessa forma, romper com a classificação do *azul* para meninos e *rosa* para meninas e entendem o neutro como sendo quaisquer outras cores que não estejam nessa dicotomia: verde, amarelo, branco etc.

Uma criança quando começa suas séries iniciais na escola, já chega com influências da família e da mídia, sobre o que é de menino, o que é de menina. Reflexo das relações sociais das quais cada criança está inserida. Essas classificações de gênero abordam as brincadeiras, as roupas, as atitudes e muitas vezes, inclusive, suas respectivas ações. Dessa forma, a escola precisa saber que não poderá agir de maneira a classificar e permitir a perpetuação dessa cultura. Necessitando assim abrir o debate, agir de forma a não reproduzir ações que fazem parte do processo de perpetuação da cultura patriarcal.

Diante do exposto, torna-se extremamente importante a devida instrução das crianças, sobre a sua liberdade e direito as possibilidades de brincadeiras dentro do ambiente educacional. É necessário fazê-las entender que não há brincadeira de meninos ou meninas, profissões de meninas e meninos. Que todas podem e devem agir de acordo com suas escolhas sobre o brincar. Porém, por muitas vezes essa posição em que a escola se vê na função da desconstrução do machismo e relação da identidade de gênero traz diversas problemáticas com família que, muitas vezes, não aceita em qualquer instância, os debates das questões de gênero.

Os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) trazem em sua base a necessidade de discussão sobre orientação sexual e relações de gênero (BRASIL, 2000, é tratada a necessidade do combate das relações autoritárias, o questionamento da forma rígida que os padrões de conduta foram e são estabelecido entre homens e mulheres, além do apontamento de suas transformações. Trazer reflexões sobre a flexibilização dos padrões em que visa permitir as expressões de potencialidades existentes em cada ser

humano que são, por muitas vezes, dificultadas pelos estereótipos de gênero. Um exemplo claro e explícito disso ocorre quando os meninos são apontados negativamente por sua sensibilidade, sua intuição, sobre serem meigos. Enquanto, as meninas são apontadas negativamente se apresentarem agressividade, determinação, posturas de liderança ou tendências a ações de práticas esportivas.

Os Educadores e Educadoras precisam estar preparados para o combate de quaisquer tipo de preconceitos. Sejam eles de gênero, classe social, raça, origem, religião ou qualquer outro. Para isso, esses profissionais devem estar devidamente preparados, necessitando ser capacitados e serem instruídos a como agir diante de problemáticas como esta. É preciso reforçar o combate ao machismo, a valorização da mulher e toda forma de exclusão das minorias existentes e presentes.

Neste presente trabalho apresentaremos uma análise documental da Cartilha Formação Docente em Gênero. Essa Cartilha foi resultado de um trabalho elaborado em pesquisa do Programa de Pós Graduação em Formação da Universidade Estadual da Paraíba (UEPB). O interesse por esta análise se deu pela necessidade buscar atividades para trabalhar gênero na educação infantil, além de inquietações e reflexões acerca da contribuição sobre a temática de gênero e como essa pode influenciar na educação inicial. Para tanto, buscamos responder: Como trabalhar gênero na Educação Infantil a partir da Cartilha Formação Docente em Gênero?

Nesse intuito, o nosso objetivo geral foi: Debater sobre como trabalhar gênero na Educação Infantil a partir da Cartilha Formação Docente em Gênero, produzida pela pesquisadora Arilane Azevedo, no seu Mestrado em Formação Docente junto à Universidade Estadual da Paraíba (UEPB). Os nossos objetivos específicos buscaram: identificar atividades para trabalhar o tema “gênero” na educação infantil, na Cartilha Formação Docente em Gênero; Refletir como esse debate pode contribuir em nossa Formação Inicial.

A nossa hipótese é que A Cartilha Formação Docente em Gênero serve de base para a aprendizagem na Formação Docente Inicial, podendo ser utilizada em disciplinas teóricas e práticas do ensino para a educação infantil.

Para alcançarmos os nossos objetivos adotamos um percurso metodológico de abordagem qualitativa do tipo pesquisa bibliográfica e documental, após a realização da revisão bibliográfica acerca das categorias elencadas Educação infantil e Gênero.

Entendemos que esse tipo de pesquisa qualitativa bibliográfica: “[...] é desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos” (GIL, 2008, p.).

Destacamos alguns dos aportes bibliográficos e a configuração da fonte documental, que foram, para os estudos referentes a Educação Infantil, no âmbito legislativo: a Lei de Diretrizes e Base da Educação (9394/96) e suas recentes modificações sobre a inclusão da Educação Infantil na Educação Básica (BRASIL, 2020a); O Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA - (BRASIL, 2020b); o Plano Nacional de Educação (BRASIL, 2020c).

Além disso, a partir de critérios das fontes pertinentes ao campo de estudo e que articulassem pesquisas locais/nacionais/internacionais foram selecionamos autores e autoras que são referências na Educação Infantil e nos estudos de gênero, a exemplo das pesquisadoras de nossa instituição: Adelaide Alves Dias (2005), pesquisadora em Educação Infantil e Maria Eulina Carvalho (2004), estudiosa em de gênero na escola, ambas docentes na UFPB e referências clássicas, como: Philip de Ariés, sobre infância; e Vygotsky (2006) sobre aprendizagem na infância; Joan Scott (1992), Guacira Louro (2010), Saffioti (1992), e Mary Del Priore (2007) sobre gênero, mulheres e a feminização do magistério e Fúlvia Rosemberg (2006) sobre educação infantil e gênero. Buscamos, ainda, no Livro Conteúdo para a Especialização em Gênero e Diversidade na Escola (BRASIL, 2009) uma reflexão didática acerca dos estudos sobre gênero. E a dissertação de Arilane F. De Azevedo (2018), autora da Cartilha de Formação Docente em Gênero, nossa fonte documental.

Entendemos, metodologicamente, que a pesquisa documental possibilita:

É muito parecida com a bibliográfica. A diferença está na natureza das fontes, pois esta forma vale-se de materiais que não receberam ainda um tratamento analítico, ou que ainda podem ser reelaborados de acordo com os objetos da pesquisa. Além de analisar os documentos de “primeira mão” (documentos de arquivos, igrejas, sindicatos, instituições etc.), existem também aqueles que já foram processados, mas podem receber outras interpretações, como relatórios de empresas, tabelas etc. (GIL, 2008, p. 52).

O Documento proposto trata-se da Cartilha de Formação Docente em Gênero produzida pela Mestre em Formação Docente, Arilane Florentino F. de Azevêdo, orientado, pela profa. Dra. Tânia M^a A. Pereira (UEPB). Esse material foi elaborado a partir da dissertação de Arilane Azevêdo (2018), por se tratar de um mestrado

profissional e requerer um produto final com base na experimentação do Estágio Docência na Educação Básica com propósito para auxiliar na formação continuada. Esse documento possui patente com inscrição específica para essa finalidade.

Buscamos evidenciar em cada parte de sua construção descrição e análise do conteúdo de forma temática, para fins de reflexão sobre gênero na Educação Infantil. Para tanto, este trabalho foi dividido em quatro partes: a introdução que delimita o fenômeno de estudo, justificativa, problema, objetivos, aspectos metodológicos e divisão dos capítulos. O segundo capítulo compreende a reflexão teórica sobre Educação Infantil e Gênero; O terceiro capítulo abrange uma análise sobre o processo de elaboração da Cartilha e a análise do conteúdo da cartilha. Por fim, o último capítulo que compreende as Considerações Finais.

2 A APRENDIZAGEM SOBRE GÊNERO NA EDUCAÇÃO INFANTIL

2.1 DIREITO E OBRIGATORIEDADE NA EDUCAÇÃO INFANTIL

A Educação Infantil refere-se a uma modalidade regulamentada enquanto educação básica inicial que deve ofertar condições de aprendizagens através do tripé: cuidar, brincar e educar.

Durante muitas décadas a Educação infantil não constituía uma modalidade de ensino obrigatória. Com a publicação da Lei das Diretrizes e Bases (LDB), de 20 de dezembro de 1996, no artigo 29 de seu texto original ela dizia que “O desenvolvimento integral da criança até seis anos de idade, em seu aspecto físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade”. Porém, a inserção de uma lei que regesse e regulamentasse a Educação Infantil, trouxe muitos questionamentos sobre como colocar em prática este novo formato de educação, tal como, como estruturar um modelo que atendesse a uma nova configuração na Educação Infantil.

Saviani citado por Dias (2005), em sua obra “A nova lei da educação”, comentou sobre o texto do Art. 29 da LDB e reiterou que os municípios se limitavam em educar crianças dentro da faixa etária prevista por lei, em creches para crianças de até três anos de idade, e crianças de quatro a cinco anos, em pré-escolas. Ainda de acordo com o autor, a não existência de uma lei mais elaborada, ocasionava na não eficácia do Poder Público em supervisionar, fiscalizar e gerir a manutenção, abertura e reestruturação desses espaços de educação infantil já existentes.

O Título V, que trata dos níveis e modalidades de Educação e Ensino, a Educação Infantil, foi incluída como primeira etapa da Educação Básica. Porém, encontrávamos uma contradição diante as demais leis vigentes, tanto a Constituição Federal de 1988, quanto na própria LDB. Quando afirmam que Educação Infantil, bem como, o Ensino Fundamental e Médio, fazem parte da Educação Básica. Porém, apenas o Ensino Fundamental e Médio, consistiam obrigatórios e gratuitos.

Algumas inconsistências diante a função e os objetivos da referida lei, foram indagadas por Adelaide Dias (2005 quando ela ao trazer o Título IV da LDB que dispõe sobre a Organização da Educação Nacional, que define como atribuição dos municípios a oferta da educação em creches e pré-escolas, e, com prioridade, do ensino

fundamental. A autora refletia sobre a não atenção dada pelo poder público, agindo como órgão supervisor e fiscalizador de ações educativas para crianças de zero a seis anos, durante a década passada (2000-2009).

No entanto, a partir de 2009, após uma muita luta através de inúmeros Fóruns da Educação Infantil foi conquistada uma emenda constitucional, que inseriu as crianças na escola a partir dos 4 anos, tornando-se obrigatória essa inserção.

A educação gratuita e de qualidade é um Direito Social da Criança, garantido pela Constituição, assim como entendida como um direito humano fundamental. Marshal (1967) *apud* Dias (2005, p.18), “defende a educação enquanto um direito social, político e civil”. É através da educação que o ser humano terá todo suporte para usufruir de seus direitos, bem como, a melhor percepção do mundo que o cerca. A criança possui o direito a ter direito, enquanto criança, e não apenas quando se tornar adulto.

O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), conquistado no ano de 1990 foi um marco importante para a conquista atual desse direito à educação infantil pela criança. Assim sendo, à creche, atualmente, denominados Centro de Referência Infantil (CREI) que foi, historicamente, uma luta das mulheres passa a ser entendido enquanto direito da criança, sem deixar de ser um direito das mulheres.

O Poder Público, deve não apenas dar todo o suporte para a garantia da educação básica obrigatória e gratuita, mas também garantir a sua manutenção e permanência. É o Estado quem deve oferecer a educação pública e de qualidade, garantir mecanismos suficientes para usufruir dos direitos básicos. Desse modo, a educação e sua obrigatoriedade não podem se dissociar. Dias (2005, p.20) traz uma reflexão sobre Huberman, *apud* Horta (1998, p.5), quando diz sobre o direito e a obrigatoriedade da educação. Os autores refletem que:

A educação [...] é, via de regra, obrigatória, e as crianças não se encontram em condição de negociar as formas segundo as quais a receberão. Paradoxalmente, encontramos diante de um direito que é, ao mesmo tempo, uma obrigação. O direito a ser dispensado da educação, se esta fosse a preferência de uma criança ou de seus pais, não existe.

A realidade de uma universalização da educação básica é tratada como uma possibilidade por países mais desenvolvidos. Dias (2005, analisara o relatório de políticas da educação da UNESCO, onde traz um estudo sobre todas as modalidades de

ensino, bem como, o cuidado com as crianças que ainda não tenham atingido a idade escolar mínima obrigatória. Esse relatório se refere justamente ao acesso universal de crianças à educação.

No Brasil, a Educação Infantil é o pilar da Educação Básica. Ela é entendida como o primeiro nível de ensino, no entanto, recentemente, obrigatória a partir dos 4 anos. A Educação Infantil é a responsável pelo desenvolvimento de algumas habilidades com crianças de zero a cinco anos. É nesse nível educacional que é trabalhado elementos que despertem o lugar da criança no mundo. O desenvolvimento das capacidades de interação com o meio em que a criança se encontra inserida e a sua realidade. Sendo atualmente, entendida como:

A Educação Infantil atende crianças de 0 e 5 anos (entre 0 e 6 anos de idade para nascidos no segundo semestre), tendo como finalidade o desenvolvimento integral da criança em seus aspectos social, intelectual, físico e psicológico, complementando a ação da família e da comunidade (BRASIL, 2005, p. 29).

Além disso, a Educação Infantil necessita ser constantemente requisitada no campo da atenção para a permanência com um olhar específico para as metas direcionadas pelo Plano Nacional da Educação (PNE), que buscam além da universalização, às condições para a Formação Docente, no campo da Educação Infantil (BRASIL, 2014). Esse nível de ensino necessita, portanto, de Políticas Públicas de educação, para desse modo, garantir o acesso de crianças de até cinco anos, a uma educação de qualidade. Uma infraestrutura capaz de oferecer um bom desenvolvimento desse público.

Desse modo, a educação infantil, necessita passar por um processo permanente de reestruturação, para que assim, firme compromisso com ações, que levem em consideração os níveis sociais, econômicos, origens culturais, acesso ao atendimento voltado para educação de alunos portadores de necessidades especiais, implementando formas de participação e inserção da criança ao mundo que ela pertence.

2.2 O APRENDIZADO DE GÊNERO: SOCIALIZAÇÃO NA FAMÍLIA E NA ESCOLA

Desde que nascemos a sociedade já nos direciona a seguir um padrão comportamental que é distinto entre homens e mulheres, meninos e meninas. Cada cultura e país determina esses comportamentos, ditos como “certos”. Variando desde

vestimentas, cabelos, tipos de brinquedos, cor de roupas, formas de se portar, inclusive até, de como um ser humano se senta em uma cadeira. Tudo pode determinar se aquela posição é de homem ou mulher.

Na família¹, bem como no ambiente escolar, os adultos interferem nas diferenças de gêneros e suas características, contribuindo dessa forma a estimular traços, gostos e aptidões não restritos a atribuição dos gêneros. Por exemplo, estimular garotos que eles podem e devem fazer atividades domésticas, a cuidar de crianças, a ser carinhoso, a poder chorar, uma vez que a sociedade impõe o choro estar correlacionado ao grau de masculinidade. Bem como, encorajar mulheres a serem engenheiras, astronautas, grandes esportistas, médicas e toda e qualquer coisa que elas queiram ser. Um cuidado que deve ser tomado nesse caso é o fato de apenas os meninos serem normalmente encorajados a exercerem funções e atividades que demandem o intelecto. Enquanto para meninas, os brinquedos giram em torno de cozinha, cuidar de criança e da casa (BRASIL, 2009).

É importante ressaltar que os modelos de comportamento para homens adultos e mulheres adultas que cada criança possui em sua volta, seja na família ou no ambiente escolar, influenciam na construção de suas referências de gênero, mas não são o determinante. Isso porque, observando as teorias de Vygotsky (2006) é possível verificar seu foco que é a aprendizagem pelo processo, que é justamente observar a criança como um ser ativo e sujeito de direito. Não como uma “sombra ou deficiência” de um ser adulto, ou seja, o pensamento da criança não gira em torno de “faltas” em relação ao adulto, como se trabalhava na psicologia anteriormente. Para eles, a criança é um ser ativo, e o desenvolvimento deve ser pensado como um processo contínuo e não de faltas e falhas. Sendo necessário sempre levar em consideração ao ambiente na qual a criança está inserida.

E, nesse contexto, compreendemos que a criança pode e deve ter o direito a aprendizagem sobre gênero, desde a Educação Infantil. A negação desse direito leva a criança a reproduzir o que estiver em seu cotidiano referente ao machismo, sexismo, entre outros processos de preconceitos, pelo fato da influência do ambiente social.

Quando as crianças entram na escola, por exemplo, elas já chegam com suas referências “do que é de menino e menina” ensinados por suas respectivas famílias. No

¹ Compreendemos o conceito de família sociologicamente como sendo uma organização/fenômeno social de diferentes modos de convívio em um mesmo ambiente entre pessoas, com ou sem parceiros/as, e não o estabelecido pelo modelo patriarcal heteronormativo - Papai com mamão e filhos/as – portanto, há uma diversidade de famílias na sociedade brasileira (GIDDENS, 2005).

entanto, não se pode intervir imediatamente no contexto familiar e social, a escola necessita compreender que a atuação na vida daqueles estudantes não ocorrerá de forma neutra. Conforme explicita a orientação do Livro Conteúdo para a Especialização em Gênero e Diversidade na Escola

Educadores e Educadoras precisam identificar o currículo oculto que contribui para a perpetuação de tais relações. A escola tem a responsabilidade de não contribuir para o aumento da discriminação e dos preconceitos contra mulheres e contra todos aqueles que não correspondem a um ideal de masculinidade dominante, como gays, travestis e lésbicas, por exemplo. Por isto, educadores e educadoras devem estar atentos a esse processo (BRASIL, 2009, p.).

Instruir os estudantes acerca da sua liberdade de escolha no ambiente escolar, fazê-los entender que não há brinquedo que seja para meninos ou para meninas, que ambos podem ser o quem eles quiserem, muitas vezes causam alguns problemas de embate com a família. Muitas famílias não aceitam qualquer processo de ensino ou forma de aprendizagem que tenha relação com identidade de gênero. Segundo Carvalho (2004), não é de hoje que existe essa tensão sobre o ensino de gênero na escola, uma vez que:

Ocorre que família e pais não são categorias homogêneas e as relações entre famílias e escolas, pais/mães (e outros responsáveis) e professoras/professores também comportam tensões e conflitos. Algumas famílias e pais/mães participam mais do que outras; e se as professoras, por um lado, desejam ajuda dos pais, por outro lado, se ressentem quando este envolvimento interfere no seu trabalho pedagógico e em sua autoridade profissional (CARVALHO, 2004, p. 45).

Esta pesquisadora, Maria Eulina de Carvalho (2004) problematiza que as questões de gênero na escola estão ligadas as questões culturais que permeiam a sociedade e o discurso que busca homogeneizar os gêneros em binários, assim como as famílias no modelo nuclear patriarcal heteronormativo.

A sociedade impetrou entre povos, a cultura de gênero restringido ao masculino e feminino, atribuído a homem e mulher respectivamente, o chamado binarismo. É possível notar que existe uma hierarquia instaurada, onde o masculino é visto como uma figura de poder. Ao contrário da mulher, que ao longo da história é vista como ser inferior, e submissa aos homens. Esta máxima não está relacionada a nacionalidade ou etnia, mas sim, como um todo na sociedade.

O Livro de Conteúdo Gênero e Diversidade na Escola (2009, p.39), traz o conceito de gênero referenciado pelos conceitos das ciências sociais e humanas. Sendo assim, “Gênero refere-se à construção social do sexo anatômico. Sendo criado para distinguir a dimensão biológica da dimensão social”. Assim sendo, o gênero se traduz ao ser homem e mulher de acordo com sua realidade social e não de acordo com a sua anatomia.

Ao longo da história do ocidente, as mulheres têm se movimentado contra o sistema de poder exercido pelos homens. Movimentos históricos trazem exemplos de luta e revolta das mulheres para exercer sua voz e papel diante a sociedade. As sufragistas, movimento que de mulheres no início do século XX, ficaram marcadas na história como exemplo de luta para exercerem o seu direito ao voto (PINTO, 2010, p.15).

Discussões encontradas no Livro Conteúdo de Gênero e Diversidade na Escola (2009, p.42), traz considerações acerca de um estudo sobre masculinidade, feminilidade e a questão da identidade de gênero, realizado pelo psiquiatra Robert Stoller desde 1964. Criando um ponto inicial para estudos sobre o travestismo. De acordo com este estudo:

As travestis – Pessoas cujo gênero e identidade social são opostos ao seu sexo biológico e que vivem cotidianamente como pessoas do seu gênero de escolha – Elaboram identidades que não devem ser entendidas como “cópias das mulheres“, mas como uma forma alternativa de identidade de gênero.

Historicamente, encontramos importantes autoras e pesquisadoras para o desenvolvimentos dos conceitos de gênero. A exemplo da Gayle Rubin que em 1975 defendeu a ideia da existência de um sistema sexo-gênero em todas as sociedades. Outro exemplo temos a Joan Scott que é autora de “Gênero: uma categoria útil de análise histórica”. Essa última, trouxe grandes construbuições nas áreas de ciências humanas, uma vez que ela reconhece a importância das relações sociais, podendo assim, estabelecer diferenças e bases entre homens e mulheres.

A construção dos gêneros se dá através da dinâmica das relações sociais. Os seres humanos só se constroem como tal em relação com os outros. Saffioti (1992, p. 210) considera que

[...] não se trata de perceber apenas corpos que entram em relação com outro. É a totalidade formada pelo corpo, pelo intelecto, pela

emoção, pelo caráter do EU, que entra em relação com o outro. Cada ser humano é a história de suas relações sociais, perpassadas por antagonismos e contradições de gênero, classe, raça/etnia.

Se gênero é construído através de um contexto de relações sociais através das mais diversidades cotidianas, então isso significa que essas relações também podem ser modificadas, desde modo, podendo ser discutida, criticada, reformulada, questionada, buscando assim, uma equidade social. A categoria equidade possibilita reconhecer as diferenças biológicas sem que sejam transformadas em diferenças sociais.

Os educadores e educadoras, precisam estar cientes dos conceitos de identidade de gênero, classificação moral entre homem e mulher, estereótipos e preconceito de gênero, assim como quaisquer tipos de preconceitos existentes, para que assim, possam ter uma atuação mais incisiva em combater o preconceito em diversas situações no ambiente escolar.

O Livro Conteúdo de Gênero e Diversidade na Escola (2009, p.51), traz alguns questionamentos para educadores e educadoras como “Qual responsabilidade da escola e dos mesmos na garantia do direito de cada pessoa de ter uma justa imagem de si e de ser tratado com dignidade? Como educar meninos e meninas para a igualdade de direitos e oportunidades”.

A pessoa chega em sua fase adolescente trazendo consigo da sua infância toda uma carga de separação e conceitos estabelecidos entre o feminino e o masculino. Quando se é criança os meninos e meninas mantêm uma relação de proximidade em diversas atividades coletivas, porém, ainda assim, o contexto é de separação de menino e menina. Já na fase da adolescência, essa aproximação já vem mais aproximada de uma tensão para formas de relacionamentos afetivo-sexual, variando entre paqueras, troca de olhares, toques, ficar, namorar. É justamente nessa fase em que os domínios entre o ser feminino e o ser masculino ficam mais evidentes e tendo limites mais definidos entre si.

Desse modo, começam mais uma vez a dominância da relação de poder entre homens e mulheres, e atitudes de machismos, quando desde suas relações familiares surgem termos como “prendam suas cabritas que meus bodes estão soltos”, fazendo alusão a mulheres precisarem se resguardar, enquanto os homens podem ser namoradores. Assim como, se uma mulher agir de igualdade, ou seja, ela passar a ser dominante e também exercer uma função de namoradeira, elas são taxadas como “putas e vadias”. As mulheres são desde novas ensinadas a se resguardarem para manterem relação sexual com um único homem. Ao contrário do homem.

2.2.1 Educação Infantil e Gênero

Historicamente, passou a ser atributo feminino o cuidar das relações na infância, quer seja na família, quer seja na educação infantil, ainda que tenhamos exceções, essas construções culturais colocaram uma enorme responsabilidade na condição feminina sobre a competência para lidar com tantas diversidades. A chamada feminização do magistério e do papel docente que fez da mulher a encarnação da “TIA”. A que tem mais habilidade em cuidar por ser mãe por extensão, a tia! (DEL PRIORE, 1997).

O pensamento de Barbara Beatty (1989) elucida que:

Diferentemente das ocupações masculinas, que basearam sua qualificação e competência no treino e domínio de conhecimentos profissionais e habilidades técnicas, supostamente não relacionadas a atributos (biológicos) masculinos, trabalhadores nesta área de assistência a infância basearam suas qualificações em sua capacidade de amar crianças e no treino de técnicas educacionais de cuidar de crianças explicitamente associadas ao tipo de comportamentos (ou natureza) femininos. (BEATTY *apud* ROSEMBERG, 1996, p.36).

O trabalho de cuidar de crianças era tido algo mais instintivo materno, em que não era necessário muitas vezes uma formação técnica para desenvolvê-la. Seu papel era mais voltado para o cuidar da criança, ter carinho, afeto, ensinar o certo e errado. Um papel de cunho maternal. Por esse motivo, a autora se refere que as qualificações em que se precisava possuir, que se dava na capacidade de amar crianças e nas técnicas educacionais de cuidar”. Ao longo da história esse papel foi categorizado como sendo da mulher. Depois de muita luta dos movimentos feministas, essa exclusividade que até então era apenas direcionada às mulheres, passa também, de forma muito incial, a fazer parte do universo masculino (ROSEMBERG, 2006).

Uma vez que os movimentos tratam de colocar as mulheres em relação de equidade de gênero. Onde elas possam exercer outros papéis, inclusive os de poder, que até então eram culturalmente destinado aos homens, de mesmo modo, os homens passando a exercer papéis que antes eram mais voltados para o feminino, como cuidar dos filhos e gerir atividades domésticas.

Rosemberg (1996) referenciou Barbara Beatty, que colocara, ainda:

Esta ideologia da viciação espiritual e emocional e o acesso relativamente aberto à educação infantil como ocupação tem resultados tanto negativos quanto positivos (...) de um lado fez com

que a educação infantil fosse uma ocupação atraente para muitas mulheres (...) por causa de sua informalidade e apelo de poder se expressar e ser pago para cuidar. E com nenhum, ou quase nenhum treinamento específico, um número significativo de mulheres tornaram-se professoras da educação infantil simplesmente em virtude de seu sexo e do amor devotado às crianças associados ao gênero feminino. Esta facilidade de acesso beneficiou, também, as mulheres de origem econômica inferior para as quais ensinar crianças pequenas constituía uma possibilidade de ascensão social. (p.47)

A formação de professoras na educação infantil está associada ao materno, o cuidar. Passa-se a ser papel da mulher cuidar dos filhos e da criança, ficando o homem responsável pelo papel de sustentar a casa. Desse modo, ao executar uma formação para exercer a profissão de educadora da educação infantil, onde fica por responsabilidade dessa profissional, o papel de cuidar da criança, brincar, educar, gerir o seu cuidado e íntimo, ou seja, o papel mais voltado para o materno. Tendo inclusive o nome de “maternal” a primeira fase da educação infantil. Essa tendência da ausência da figura masculina em cursos de pedagogia, mostra mais uma vez, que a sociedade atribui a mulher o papel de cuidar de crianças.

Maria Izquierdo Jesus (1981) *apud* Rosemberg (1996), coloca que:

As capacidades específicas das fêmeas (hembras no original, para significar sexo biológico), têm a ver com atividades de gêneros consideradas de segunda ordem para o funcionamento e desenvolvimento da sociedade, precisamente as relativas à produção da vida humana. As atividades específicas dos machos (para indicar o sexo biológico), relativas à produção e administração das coisas, consideram-se fundamentais, de primeira ordem. A partir dessa valorização distinta no masculino e do feminino constrói-se uma hierarquia dos gêneros. A hierarquia dos gêneros conduz ao estabelecimento de relações de dominação/submissão entre o gênero masculino e feminino, independente de quem seja o sexo das pessoas que ocupam os espaços sociais de gêneros, nas relações de gênero. A título de exemplo, a prática da enfermagem é uma atividade de gênero feminina e a da medicina de gênero masculino. Do ponto de vista das hierarquias, a medicina ocupa o posto superior ao da enfermagem inclusive quando é uma mulher quem exerce a medicina e um homem que exerce a enfermagem, por que, por cima de tudo, as relações de gênero são relações de caráter hierárquico. (IZQUIERDO, 1991. p.82, gritos da autora).

No início do século XX, a função da mulher era cuidar das crianças, dos filhos, enquanto o marido, homem, era detentor do poder e aquele que assumiria a manutenção da família. Foi também nessa época, que as mulheres passaram a ter alguma autonomia, como o direito a votar, os movimentos feministas tornaram-se mais fortes, com isso as mulheres começaram a ganhar mais voz. Então, foi quando as mulheres começaram a

frequentar escolas normais, e seu papel para além do trabalho era o de professora. Naquela época, era a grande ascensão profissional da mulher.

Enquanto isso, o homem poderia exercer sua função dentro da engenharia, do direito ou medicina. Até hoje em dia, as engenharias ainda possuem grande predominância masculina, em que há muito preconceito enraizado da visão da mulher em uma posição de poder, que no caso refere-se a engenharia.

Com exceção das escolas mantidas por religiosas onde as mães ocupavam posição superior, nas escolas públicas, foram os homens que detiveram por longo tempo as funções de diretores e inspetores. Reproduzia-se e reforçava-se, então, a hierarquia doméstica: as mulheres ficavam nas salas de aula, executando as funções mais imediatas do ensino, enquanto os homens dirigiam e controlavam todo sistema (LOURO, 2010, p. 460).

As Mulheres ainda sofrem machismo diariamente em campo de obras, inclusive a resistência em receber de comandos dados por uma mulher em que se encontra no topo hierárquico de uma obra. Sempre vimos relação de poder, a exemplo da psicologia, em que é conhecida como uma profissão mais feminina, enquanto a psiquiatria era vista como uma profissão masculina. Sendo mais uma vez, a psiquiatria hierarquicamente superior a psicologia. Também podemos ver isso na arquitetura e engenharia, em que a engenharia passa a ser vista como uma profissão mais masculinizada, enquanto a arquitetura é vista como uma profissão mais feminina. Por exemplo, na psicologia se espera características como: sensibilidade, cuidado, atenção (características vistas como femininas, assim como na enfermagem). Na medicina (psiquiatria) apesar de ser uma profissão de cuidado, se espera uma neutralidade profissional, baseada nas pesquisas científicas mais controladas. Durante muito tempo, e ainda hoje, o saber médico é inquestionável, o que leva a uma relação de poder bastante rígida (e o poder está, quase sempre, nas mãos dos homens).

Mostramos a hierarquia e as relações de poder que existem entre as profissões, onde citamos entre a psiquiatria e a psicologia, a engenharia e a arquitetura, tal como a medicina e a enfermagem. Aqui trazemos uma reflexão desse papel hierárquico no próprio ambiente escolar. Louro (2010) traz apenas as escolas de cunho religioso gerenciado por freiras, como o único, até então, ambiente em que as mulheres ocupavam posição de chefia e poder. Para as demais escolas públicas, ou até mesmo religiosas, sendo essas gerenciadas por padres, ou seja, homens. Toda a função de inspetoria, direção, coordenação e toda parte gerencial eram ocupadas por homens.

As mulheres, mais uma vez, eram destinadas a serem professoras, transferindo as posições de ocupação familiar para dentro das escolas. Onde os homens tratam da gerência, da manutenção, provedores do sustento das escolas, enquanto as mulheres eram direcionadas a função de professoras, ou seja, a que cuida das crianças, que guia, que orienta.

3 APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

3.1 CONSTRUINDO GÊNEROS NÃO BINÁRIOS NA EDUCAÇÃO INFANTIL: UMA ANÁLISE DISCURSIVA SOBRE O MACHISMO (PREPARAÇÃO DA CARTILHA)

A Cartilha Formação Docente em Gênero foi o resultado acoplado da Dissertação de Arilane Florentino F. de Azevedo intitulada: “DISCRIMINAÇÃO DE GÊNERO: a construção do discurso machista no CREI de João Pessoa”. Que ao término de sua dissertação foi nomeada, inicialmente, de “Guia a desconstrução do machismo na educação Infantil”.

A preparação da Cartilha, inicialmente, chamada de Guia procedeu aos seguintes passos:

- Plano de leitura apropriada para a Educação Infantil e para os estudos de gênero;
- Plano de intervenção em um CREI localizado em João Pessoa, cidade onde a pesquisadora reside;
- Produção do material final, após validação pelos sujeitos envolvidos: Professora do CREI; mães, pais ou tros responsáveis pelas crianças que participaram da oficina; e os docentes que avaliaram a dissertação da autora/pesquisadora/editora do guia/cartilha (AZEVEDO, 2018, p. 25)

A autora, Arilane F. F. de Azevêdo, é pedagoga formada pela Universidade Federal da Paraíba, Especialista em orientação e supervisão pedagógica, Mestre em Formação de Professores/as pela Universidade Estadual da Paraíba e, atualmente, doutoranda no Programa de Pós Graduação em Educação, no centro de educação/UFPB.

Sua trajetória de militante nas questões de gênero lhe permitiu reflexões e aprendizagens para uma maior compreensão do fenômeno gênero. Foi orientada na graduação pela professora Ana Paula Romão de S. Ferreira, onde discutiu em seu TCC sobre gênero e violências simbólicas através de assédio nas relações escolares. Atribui a sua motivação e todo esse cenário, enquanto mulher militante professora e pesquisadora desde a graduação em estudos de gênero, o que a levou a estudar e produzir um material pedagógico para este fim.

O Programa de Pós graduação na UEPB requer a especificidade de um resultado com este, que poderia ter sido Cartilha, Vídeo documentário, enfim, um produto que possibilitasse a contribuição para a Formação Docente.

3.2 ANÁLISE DA CARTILHA FORMAÇÃO DOCENTE EM GÊNERO

A Cartilha Formação Docente em Gênero abrange três partes. No preâmbulo, a apresentação síntese sobre a autora e sobre o trabalho dissertativo. E, nas partes seguintes:

Parte I: Machismo e sexismo na Escola, compreendendo dois tópicos: (1) O que é machismo e sexismo e (2) Ocorrência na escola.

Parte II: Formação continuada de professores: (1) Formação continuada: um olhar sobre a educação de gênero e (2) Vídeos, documentários e textos sobre a educação de gênero.

Parte III: Proposta Pedagógica: (1) O que é uma proposta pedagógica e (2) Passo a passo da Proposta Pedagógica

Fig. 1 – Sumário da Cartilha Formação Docente em Gênero

SUMÁRIO	
Apresentação	
Sobre a autora	
PARTE I: Machismo e sexismo na escola	5
O que é machismo e sexismo?	5
Ocorrência na escola	7
PARTE II: Formação continuada de professores	9
Formação continuada: um olhar sobre a educação de gênero	9
Vídeos, documentários e textos sobre a educação de gênero	10
PARTE III: Proposta Pedagógica	12
O que é uma Proposta Pedagógica?	12
Passo a passo da Proposta Pedagógica	13

Fonte: AZEVEDO, Arilane. Cartilha Formação Docente em Gênero, 2018.

Na segunda parte, intitulada de Guia Pedagógico: a desconstrução do Machismo na Educação Infantil, podemos tecer as seguintes considerações:

Fig. 2 – Capa Guia Pedagógico: A desconstrução do Machismo na Educação Infantil



Fonte: AZEVEDO, Arilane. Cartilha Formação Docente em Gênero, 2018.

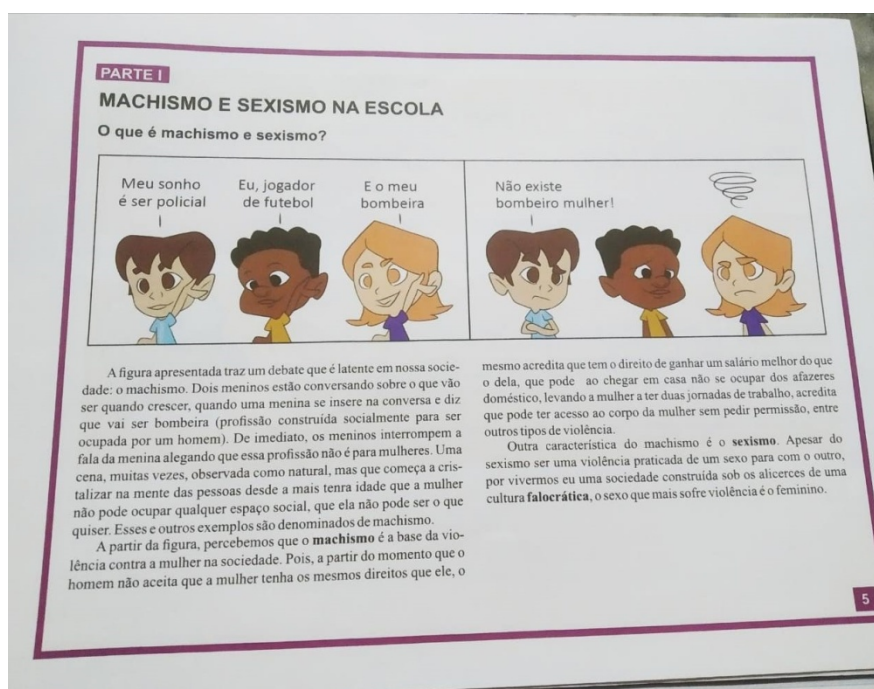
Observamos na imagem da figura 1, a escolha de duas crianças considerando a questão de gênero e raça/etnia. Contempla um menino segurando uma boneca e uma menina com uma bola de futebol. Sendo o menino, negro, e a menina, branca.

Na visão de Arilane Azevedo (2018) o/a professor/a da educação infantil deve cumprir um papel determinante no combate à discriminação dentro da sala de aula, deve estar sempre atento a toda e qualquer manifestação preconceituosa, já que esse profissional trabalha com o desenvolvimento cognitivo-emocional-moral das crianças. E, por nossa sociedade discriminar a mulher desde criança, não se pode reforçar esse comportamento dentro da sala de aula. Sobre isso, Rohden (2009) afirma que

[...] de modo mais sutil, oferecer apenas aos meninos bola, bicicleta, e skate, por exemplo, indica-lhes que o espaço público é deles, ao passo que das às meninas somente miniaturas de utensílios domésticos (ferro, máquina de lavar roupa etc.) é determinar-lhes os espaço privado, o espaço doméstico (RHODEN, 2009, p. 49).

Nesse sentido, a desconstrução do machismo se constitui como sendo um processo educacional e intencional. Já na imagem 3, observamos que a autora concebeu e ilustrou sobre a ocorrência do machismo e do sexismo na escola.

Fig. 3 – O que é machismo e sexismo na escola



Fonte: Idem

O machismo se configura como sendo fruto do processo patriarcal que atribui à mulher determinados padrões de comportamentos e, conseqüentemente, de profissões relacionados ao cuidar. Quando uma menina deseja brincar de ser bombeira, jogadora de futebol ou policial, isso interfere decididamente em seu grupo de convívio. O mesmo ocorre quando um menino deseja brincar de ser pai das bonecas. Daí, por diante, acentua-se o sexismo, que vai impondo um modo de brincadeira de meninas e outro de meninos, para que futuramente as profissões escolhidas sejam influenciadas pelo padrão patriarcal.

Arilane Azevêdo (2018) percebeu em seu trabalho dissertativo que a mulher, anteriormente, além de exercer um papel completamente destinado ao lar e afazeres domésticos, era minimizada em suas capacidades intelectuais. Não era dado o mínimo de direito ou de voz. Desse modo, por muitos anos, ela não tinha o direito de sequer escolher com quem queria se casar, sendo essa função destinada ao pai, que a trocava por algo de valor, chamado de “dote”.

Após o casamento a função da mulher era procriar, ter filhos, cuidar deles, da casa e do marido. Não era sequer respeitada a sua vontade sexual, tendo que estar disponível para seu esposo, sempre que ele a requisitasse. Em muitos casamentos, após

o matrimônio a mulher passava a sequer possuir o direito de manter a sua vaidade. Isso poderia chamar a atenção dos outros homens.

E como as ocorrências do machismo e do sexismo vão sendo visualizadas na escola. Vejamos na figura 4:

Fig. 4 – Ocorrência na Escola



Fonte: Idem.

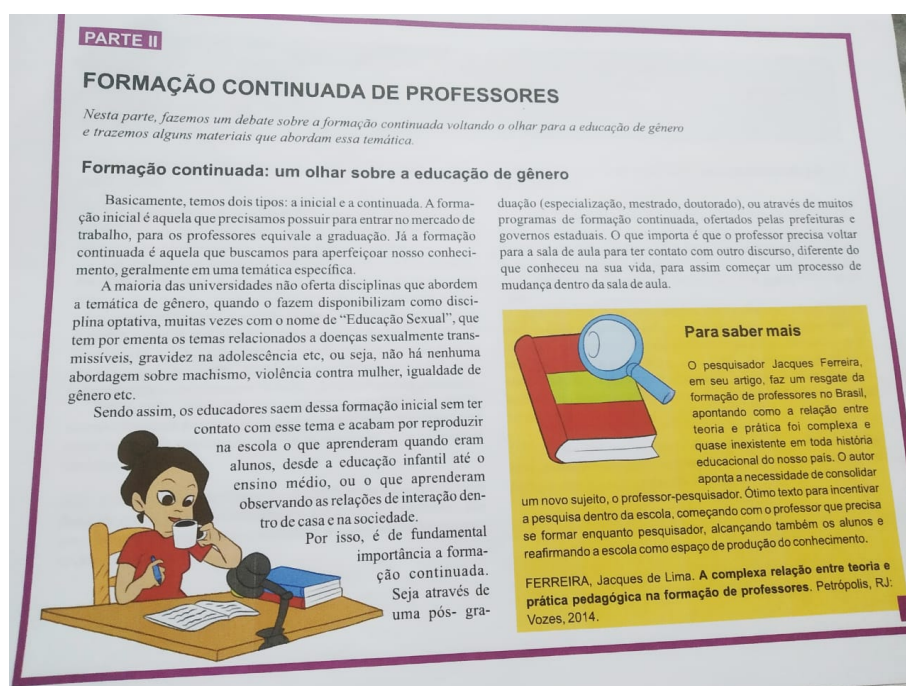
Nessa etapa, a autora trabalha o ambiente escolar e coloca as situações do cotidiano escolar e como este se configura em espaço de repetições da cultura machista. Arilane azevêdo (2018) buscou provocar nos e nas educadores/as a ideia da desconstrução a partir da provocação do cotidiano. Fazer a criança entender que não existe brinquedo de menino e menina é um passo determinante para a desconstrução de imposição de gênero repassadas pela sociedade desde o nascimento da criança. Quando um adulto passa a oferecer como brinquedo de meninos, kit médico, lego, jogos de construtor, cientista, astronauta, é incentivar aos meninos, desde a infância, que eles podem ser quem eles quiserem. A ganharem o mundo.

Já para meninas os brinquedos geralmente estão relacionados ao afazeres domésticos, como cozinha de brinquedo, panelas, bebê para trocar fralda, dar banho e colocar para comer. É incentivar as meninas a entenderem que estes são seus papéis na sociedade.

Portanto, mostrar um menino que ele pode cuidar de um bebê de brinquedo, a trocar roupa, fraldas e afins, faz com que possa fazê-lo um excelente pai. Tal como, ele ser detendor de uma cozinha de brinquedo pode ensiná-lo a ser um grande chefe de cozinha. De mesmo modo, por exemplo, dar um jogo de lego ou o construtor para uma menina, pode desenvolver habilidades que a faça querer ser uma grande engenheira. Para tanto, a escola precisa refletir e problematizar a discussão de gênero e nesse sentido o debate sobre formação docente precisa atender essa demanda.

Na segunda parte, da Cartilha Formação Docente em Gênero observamos a preocupação e propostas da pesquisadora Arilane Azêvedo sobre esse processo:

Fig. 5 – Formação Continuada de Professores/as



Fonte: Idem.

A autora localiza a tipologia de Formação docente, inicial e continuada, e provoca a discussão sobre esses tópicos. Ela argumenta que na Formação Inicial pouco se discute sobre as temáticas de gênero e diversidades e que ainda que tivessem sido contempladas em alguma disciplina é pouco para uma educação de qualidade que queira implementar no currículo essa discussão. Ainda que a atual Base Nacional Comum Curricular (BNCC) não disponha dessa necessidade, muito pelo contrário, pois foi gestada com um discurso de que existe uma “ideologia de gênero” que não seria

necessária, ou mesmo prejudicial na formação da personalidade da criança. Possuímos o amparo legal da LDB que possui princípios para a construção da equidade no fazer pedagógico. Azevêdo (2018), nos ajuda a refletir que:

A formação do docente para atuar com criança, mais do que em qualquer outra faixa etária, precisa estar direcionada com questões ser ligadas à formação do sujeito que se desenvolve livre de preconceitos (seja de gênero, de classes sociais, de etnia), pois é nessa fase que as crianças vão construindo internamente os valores sociais que irão levar para a fase adulta (AZEVEDO, 2018, p.).

O que nos remetu ao debate sobre Formação Docente impulsionado por Nóvoa (2020), quando diz que: “A formação de professores deve assumir uma forte componente práxica, centrada na aprendizagem dos alunos e no estudo de casos concretos, tendo como referência o trabalho escolar” (NÓVOA, 2020, p. 4). O trabalho escolar na Educação Infantil precisa essencialmente realizar esse diálogo permanente entre a experiência pedagógica e o trabalho escolar, que seja voltado para uma aprendizagem de gênero.

Na Parte III da Cartilha Docente em Gênero, a autora apresenta o passo a passo de uma proposta pedagógica, em que a mesma realizou na sala da professora do CREI que foi realizado o estágio.

Fig.6 – Proposta Pedagógica

PARTE III

PROPOSTA PEDAGÓGICA

O que é uma Proposta Pedagógica?

A proposta pedagógica pode ser confundida com um plano de aula. Pois, a maneira que a estruturamos se assemelha a esse. A principal diferença entre estes dois modelos está no porquê de elaborá-los. Enquanto elaboramos um plano de aula pensando no conteúdo a ser ministrado. A proposta pedagógica surge da necessidade em responder uma pergunta que surge em meio a realidade que vivemos.

Na inquietação de tentar entender como podemos desconstruir o machismo nas escolas, iniciando pela educação infantil, elaboramos uma proposta pedagógica que leve as crianças por um caminho de descobertas e de possibilidades. Buscamos com essa Proposta, fazer com que esses meninos e meninas passem a ver um mundo sem essa dicotomia entre os sexos.

Trabalhar uma proposta pedagógica que, ao término da mesma, um menino sorri e fala: “então, se eu quiser brincar de casinha com as meninas, eu posso! Né, tia?” Faz com que percebamos como o mundo adulto separa essas crianças e podam, nesses pequenos, a criação de um universo de imaginação e alegrias.

Com todas essas questões em nossa mente e em nosso coração elaboramos nossa proposta pedagógica. Pensamos em uma turma de alunos de cinco anos, mas é preciso entender que nenhuma proposta é engessada, ela pode ser adaptada, reelaborada, ampliada.

Espero que esse modelo de proposta contribua para a elaboração de milhares de outras propostas em torno dessa temática de gênero. Pois, acreditamos que para se chegar ao fim da violência contra a mulher, ou de modo geral, contra o que se entende por feminino, precisamos ter uma escola que abrace a desconstrução do machismo.

Para saber mais

Sônia Kramer escreve esse artigo destinado, principalmente, aos educadores ligados à rede de ensino regular, com o intuito de subsidiar a análise crítica das propostas pedagógicas ou curriculares. A autora tem como pressupostos a teoria crítica da cultura e tenta sistematizar as principais questões que precisam ser respondidas no processo de elaboração de projetos curriculares. Esse artigo contribui com a construção do nosso olhar crítico em torno da análise e elaboração de materiais pedagógicos.

KRAMER, Sônia. Propostas pedagógicas ou curriculares: subsídios para uma leitura crítica. *Revista Educação e Sociedade*, ano XVIII, nº 60, dezembro/1997, p. 15-35.

Proposta Pedagógica

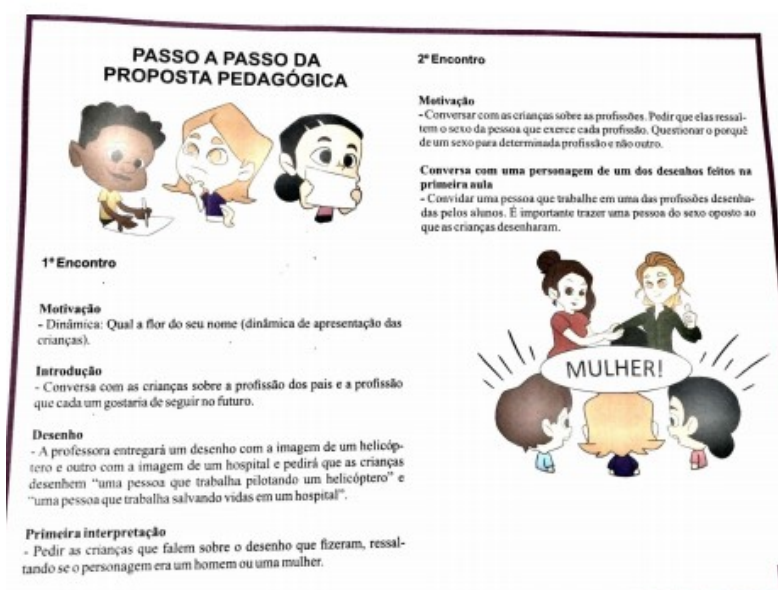
Para este tópico, trouxemos uma Proposta Pedagógica que pode ser aplicada em uma turma de crianças de 5 anos.

A desconstrução do machismo na Educação Infantil
Tema: Desconstrução do Machismo
Conteúdo: Tipos de profissões e brincadeiras.
Objetivo Geral: Refletir sobre o machismo na sala de aula.
Objetivos Específicos:
- Desenvolver atividades que contribuam para a construção da igualdade de direitos entre homens e mulheres;
- Ler e discutir com as crianças o livro, “Faca sem ponta, galinha sem pé” de Ruth Rocha.
- Elaborar cartaz com brincadeiras socialmente masculinas e femininas.
Público Alvo: Pré- Escolar nível II – crianças de 5 anos
Recursos Materiais: datashow, computador, lousa, lápis, cópias em papel A4, imagens impressas em papel A4, papel madeira, livro “Faca sem ponta, galinha sem pé” (Ruth Rocha).
Tempo: Três encontros com aula de 45 minutos/cada.

Fonte: Idem.

Nessa proposta acima, a autora/pesquisadora orienta uma atividade acerca do eixo temático: profissões, objetivando desconstruir o machismo relacionado a profissões de mulheres ou de homens, a partir de uma brincadeira que envolve roda de diálogos e em um primeiro momento e a presença de um convidado ou convidada em dia posterior, conforme podemos ver na próxima ilustração:

Fig.7 – Passo a passo da Proposta Pedagógica



Fonte: Idem.

No passo a passo, as crianças passam pela fase da motivação, a partir da dinâmica “qual a flor de seu nome”. No passo seguinte, as crianças são indagadas sobre a profissão de seus pais e mães. No terceiro passo, após a roda de conversa, sobre as profissões propõe a criança escolher uma profissão mencionada e solicitamos dela um desenho. Na sequência as crianças devem interpretar o desenho feito por elas (leitura de imagem). Todos os passos acima descritos devem ser realizados no PRIMEIRO MOMENTO.

No SEGUNDO MOMENTO, novamente em roda de conversa, a/o professor/a solicita que as crianças escolham uma única profissão e digam qual seria o sexo da profissão que foi elencada por elas (crianças).

No dia, subsequente, O TERCEIRO MOMENTO, propõe-se que leve uma pessoa do sexo oposto. A autora realizou essa proposta pedagógica com uma mulher piloto de helicóptero. E, as crianças interagiram bastante conversando e vendo fotos e vídeos com a convidada sobre os desafios de sua profissão. Vale salientar que apenas uma criança havia dito que essa profissão poderia ser de homem ou de mulher.

É importante fazer esse resgate histórico para entendermos como foi sendo construído no imaginário coletivo o modelo de mulher ideal para a sociedade daquela época. Apesar desse modelo não se encaixar mais na atualidade, das mulheres terem sido “reconhecidas” como cidadãs no início da década de 1930, ao conquistarem o direito ao voto, não podemos deixar de observar que esse modelo ultrapassado de mulher ainda faz parte do imaginário de uma parcela significativa da sociedade. Quando vemos mulheres envolvidas na política, e em diversos tipos de profissões, elas são normalmente rotuladas como “mal amadas”, “machonas”, entre outros esteriótipos designados a elas.

Entendemos que essa proposta também pode ser realizada para desconstruir a ideia que determinadas profissões ditas das mulheres, podem e devem ser ocupadas por homens, a exemplo, de ser pedagogo e desenvolver trabalhos pedagógicos para o qual estejam devidamente qualificados.

Por fim, a autora ainda elenca várias outras atividades relacionadas ao tema, inclusive, uma lista de brincadeiras para as crianças e filmes apropriados para os/as docentes envolvidos nessa construção para a desconstrução do machismo e do sexismo na Educação Infantil.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo possibilitou inúmeras aprendizagens no campo do entendimento sobre como trabalhar uma proposta pedagógica sobre gênero, na Educação Infantil.

A nossa questão de pesquisa: Como trabalhar gênero na Educação Infantil a partir da Cartilha Formação Docente em Gênero? Demonstra que é possível trabalhar o conteúdo de gênero, tanto na Formação Continuada, quanto na Formação Inicial, em espaços como o estágio supervisionado na Educação Infantil, ou mesmo, experiências pilotos, para demonstrar através de seminários em sala de aula durante a Formação Inicial, comprovando a nossa hipótese.

Compreendemos, que não basta aplicar à Cartilha, sem antes realizar um estudo sobre as categorias envolvidas. Os estudos sobre Gênero são muito diversificados como nos mostrou o Livro Conteúdo sobre Gênero. O mesmo se desdobra em estudos sobre a identidade de gênero, sexualidades e orientações sexuais diversificadas, o papel da mulher na sociedade, a desconstrução do binarismo, entre outros.

Na Educação Infantil, um campo que perpassa o brincar, cuidar e educar podemos trabalhar através de atividades a desconstrução das chamadas brincadeiras de meninas e de meninos, que a cor que gostamos nos identificamos não tem haver com o sexo que nascemos, e que a criança pode ter a profissão que ela deseja ter, sonhar, sem sofrer psicologicamente com o preconceito ou outra forma de discriminação de gênero. Para tanto, o debate sobre esse tema precisa ser pautado na Formação docente, tanto Inicial, quanto Continuada.

Entendemos que esse debate contribuí em nossa Formação Inicial, mas ainda assim, sabemos que essa pesquisa para ser completa deveríamos ter aplicado em espaços educacionais na Formação Inicial. Futuramente pensamos em aplicá-la na Escola de Educação Básica, uma vez que não temos um Colégio de Aplicação, para esse fim.

No entanto, enfrentamos várias dificuldades ao longo desse período, dificuldades no campo pessoal que se somou ao contexto que enfrentamos, atualmente, de uma pandemia mundial, em que estamos em processo de isolamento social por orientação da Organização Mundial da Saúde. Por esses motivos não conseguimos realizar a pesquisa prática. Nos esforçamos para apresentar um resultado que atendesse aos objetivos, de uma forma que fosse possível de atender aos requisitos acadêmicos, ainda que com as lacunas elencadas. Até nessa realidade, observamos as questões de gênero, que dificulta

em muito a finalização das atividades, já que acumulamos duplas, triplas jornadas. A sensação é de que conseguimos, apesar de tantas dificuldades, e que a vontade de continuar investigando este tema continuará!

REFERÊNCIAS

ARIÈS, Philippe. **História social da criança e da família**. Trad. Dora Flaksman. 2ª. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2011.

AZEVEDO, Arilane F. F. de. **Construindo Gêneros não binários na Educação Infantil: uma análise discursiva sobre o machismo**. [Dissertação]. Programa de Pós-Graduação em Formação de Professores/Universidade Estadual da Paraíba, 2018.

_____. Cartilha Formação Docente em Gênero. In: **Guia Pedagógico: A desconstrução do Machismo na Educação Infantil**. In: Produto/Mestrado Profissional em Formação de Professores. Campina Grande, 2018.

BRASIL. **Livro Conteúdo do Curso de Especialização em Gênero e Diversidade**. Brasília: Senado, 2009.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 05 de outubro de 1988**. Disponível em: https://www.senado.leg.br/atividade/const/con1988/CON1988_05.10.1988/CON1988.a.sp. Acesso em 20 abr. 2019.

_____. **Lei Federal nº 8.069, de 13 de julho de 1990** (Estatuto da Criança e do Adolescente). Disponível em < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18069.htm>. Acesso em 30 fev. 2020a.

_____. Estatuto da criança e do adolescente. Brasília: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas. Disponível em: https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/534718/eca_1ed.pdf. Acesso em: 21/03/ 2020b.

_____. **Plano Nacional de Educação**. Brasília: Senado Federal. Disponível em: <http://pne.mec.gov.br/> Acesso em: 21/03/ 2020c.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. 2017. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=79611-anexo-texto-bncc-aprovado-em-15-12-17-pdf&category_slug=dezembro-2017pdf&Itemid=30192. Acesso em: 11/12/ 2019.

BRASIL. Ministério da Educação. **Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil**. v. 1, Brasília: MEC/SEF, 1998. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/rcnei_vol1.pdf. Acesso em: 13/11/ 2019.

CARVALHO, Maria Eulina Pessoa de. MODOS DE EDUCAÇÃO, GÊNERO E RELAÇÕES ESCOLA-FAMÍLIA. In.: **Cadernos de Pesquisa**, v. 34, n. 121, jan./abr. 2004.

CORLOTI, C. M. O conceito de gênero e sua importância para a análise das relações sociais. In.: **Serviço Social em Revista**. Vol. 1, n. 1 (Jul./Dez). UEL. 1998

DEL PRIORE, Mary (Org.). **História das mulheres no Brasil**. Coordenação de textos de Carla Bassanesi. São Paulo: Contexto, 1997.

DIAS, Adelaide Alves . **Educação moral e autonomia na educação infantil: o que pensam os professores**. Psicologia. Reflexão e Crítica , Porto Alegre, v. 18, n.º 3, p. 370-380, 2005.

GIDDENS, Anthony. **Sociologia**. Porto Alegre: Artmed, 2005.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar Projetos de Pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2008.

LOURO, Guacira Lopes. Gênero e sexualidade: pedagogias contemporâneas. In.: **Pro-Posições**, v. 19, n. 2 (56) - maio/ago. 2010 Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/pp/v19n2/a03v19n2.pdf>. Acesso em: 02 de abr de 2020

NÓVOA, Antonio. Para uma formação de professores construída dentro da profissão. Disponível em: http://www.revistaeducacion.educacion.es/re350/re350_09por.pdf . Acesso em: 12 de abr de 2020.

PINTO, R.C.J. Feminismo, História e Poder. In.: **Rev. Sociol. Polít.**, Curitiba, v. 18, n. 36, p. 15-23, jun. 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rsocp/v18n36/03.pdf>>. Acessado em: 06/04/2020.

Falta ROHDEN, 2009.

ROSEMBERG, Fúlvia. Educação infantil, classe, raça e gênero. In.: **Cadernos de Pesquisa Fundação Carlos Chagas**. São Paulo: FCC, 1996.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. In.: **Educação e Realidade**, v. 20, n.2, Porto Alegre, jul-dez/1992, pp.71-99

VYGOTSKY, Lev Semionovich. **Coleção Pensadores**. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana, 2006.